

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA  
FACULDADE DE GESTÃO E NEGÓCIOS  
CURSO DE ADMINISTRAÇÃO**

**VICTOR SILVA DE CARVALHO**

**ANÁLISE DE ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DURANTE A PANDEMIA  
DA COVID-19: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE  
AGRONEGÓCIOS**

**UBERLÂNDIA/MG**

**2023**

**VICTOR SILVA DE CARVALHO**

**ANÁLISE DE ÍNDICES ECONÔMICO-FINANCEIROS DURANTE A PANDEMIA  
DA COVID-19: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DO RAMO DE  
AGRONEGÓCIOS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Administração, da Faculdade de Gestão e Negócios da Universidade Federal de Uberlândia.

**Orientadora:** Prof<sup>o</sup>. Dr<sup>a</sup>. Fernanda Maciel Peixoto

**UBERLÂNDIA/MG**

**2023**

## RESUMO

O setor do agronegócio possui muita importância para a economia brasileira. Diante disso, torna-se importante compreender o impacto da pandemia da Covid-19 nesse setor, e conseqüentemente, para a economia do país. Dessa forma, este estudo consistiu em compreender o comportamento dos índices de liquidez e endividamento em uma empresa do setor do agronegócio durante o período pandêmico. Os indicadores de liquidez permitem que se avalie a capacidade e a disponibilidade de recursos para pagamento de passivos. Por sua vez, os índices de endividamento permitem analisar o grau de comprometimento financeiro de uma empresa com seus credores. O estudo consistiu em um estudo de caso, com abordagem quantitativa e pesquisa documental, em que foi analisado o balanço patrimonial de uma empresa de grande porte no segmento de agricultura de café, soja, milho, sorgo, trigo, e batata, que revende os produtos para indústrias. O período considerado foi de 2019 a 2021, para entender o comportamento durante a pandemia da Covid-19. A partir do cálculo dos índices de liquidez e endividamento, foi possível compreender a situação financeira da entidade, juntamente com a análise de um de seus concorrentes no mesmo período. Os resultados mostraram que no período analisado, a empresa experienciou aumento de patrimônio líquido, aumento de ativo circulante e capital próprio, bem como diminuição de dívidas com terceiros. Apesar disso, possui índices de liquidez abaixo de 1 em todos os períodos analisados, o que evidencia que a empresa não dispõe de recursos suficientes para pagar suas dívidas no curto prazo. Quanto ao endividamento, concluiu-se que apesar de ele ser baixo, a empresa concentra a maior parte das suas dívidas no curto prazo. Esses achados mostram que a liquidez e endividamento da empresa podem ser melhorados, o que se mostra possível dado que é de grande porte, com patrimônio significativo e com produção contínua, e por sofrer pouca influência externa negativa de crises como a pandemia. Esse estudo contribui com a literatura pois analisa o comportamento econômico-financeiro das entidades do setor de agronegócio, durante a pandemia da Covid-19. Os resultados impactam na prática dos gestores empresariais e credores de empresas desse setor, mostrando que diante do cenário de crise sanitária, a empresa pode acompanhar esses indicadores para identificar futuras situações ou indicativos de riscos patrimoniais, econômicos ou financeiros, caso ocorram.

**Palavras-Chave:** Índice de Liquidez; Índice de Endividamento; Agronegócio; Pandemia.

## ABSTRACT

The agribusiness sector is very important for the Brazilian economy. In view of this, it is important to understand the impact of the Covid-19 pandemic on this sector, and consequently, on the country's economy. Thus, this study consisted of understanding the behavior of liquidity and debt indices in a company in the agribusiness sector during the pandemic period. Liquidity indicators make it possible to assess the capacity and availability of funds to pay liabilities. In turn, debt ratios make it possible to analyze the degree of financial commitment of a company to its creditors. The study consisted of a case study, with a quantitative approach and documentary research, in which the balance sheet of a large company in the coffee, soy, corn, sorghum, wheat, and potato agriculture segment was analyzed, which resells the products for industries. The period considered was from 2019 to 2021, to understand behavior during the Covid-19 pandemic. From the calculation of liquidity and debt ratios, it was possible to understand the entity's financial situation, along with the analysis of one of its competitors in the same period. The results showed that in the analyzed period, the company experienced an increase in equity, an increase in current assets and equity, as well as a decrease in debts to third parties. Despite this, it has liquidity ratios below 1 in all periods analyzed, which shows that the company does not have sufficient resources to pay its debts in the short term. As for debt, it was concluded that despite being low, the company concentrates most of its debts in the short term. These findings show that the company's liquidity and debt can be improved, which is possible given that it is large, with significant equity and continuous production, and because it suffers little negative external influence from crises such as the pandemic. This study contributes to the literature as it analyzes the economic and financial behavior of entities in the agribusiness sector, during the Covid-19 pandemic. The results impact the practice of business managers and creditors of companies in this sector, showing that in the face of a health crisis scenario, the company can monitor these indicators to identify future situations or indications of equity, economic or financial risks, if they occur.

**Keywords:** Liquidity Ratio; Debt Ratio; Agribusiness; Pandemic.

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Efeitos negativos da Pandemia da Covid-19 sobre o Agronegócio Brasileiro	20
Quadro 2 - Fórmula dos Índices de Liquidez e Endividamento	25

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Análise Vertical e Horizontal da Empresa X.....	26
Tabela 2 – Análise da Liquidez Corrente das Empresas X e Humberg.....	29
Tabela 3 – Análise da Liquidez Seca das Empresas X e Humberg.....	30
Tabela 4 – Análise da Liquidez Imediata das Empresas X e Humberg.....	31
Tabela 5 – Análise da Liquidez Geral das Empresas X e Humberg.....	31
Tabela 6 – Análise do Endividamento das Empresas X e Humberg.....	32
Tabela 7 – Análise da Composição do Endividamento das Empresas X e Humberg.....	33

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO .....</b>	<b>7</b>
<b>2 REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>10</b>
<b>2.1 Índices de Liquidez e Endividamento .....</b>	<b>10</b>
<b>2.2 Comportamento dos Índices de Liquidez e Endividamento no Setor do Agronegócio .....</b>	<b>13</b>
<b>2.3 Covid-19 e a Gestão Financeira nas Organizações .....</b>	<b>16</b>
<b>2.4 O Setor do Agronegócio Durante a Pandemia .....</b>	<b>19</b>
<b>2.5 Estudo de Caso: Empresa X .....</b>	<b>22</b>
<b>3 METODOLOGIA.....</b>	<b>24</b>
<b>3.1 Caracterização da Pesquisa .....</b>	<b>24</b>
<b>3.2 Coleta dos Dados .....</b>	<b>24</b>
<b>3.3 Tratamento dos Dados.....</b>	<b>25</b>
<b>4 ANÁLISE DOS RESULTADOS .....</b>	<b>26</b>
<b>4.1 Análise Vertical e Horizontal.....</b>	<b>26</b>
<b>4.2 Análise dos Índices de Liquidez.....</b>	<b>29</b>
<b>4.3 Análise dos Índices de Endividamento.....</b>	<b>32</b>
<b>4.4 Análise dos Efeitos da Pandemia nos Indicadores da Empresa .....</b>	<b>34</b>
<b>5 CONCLUSÃO.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>36</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A pandemia ocasionada pelo coronavírus denominado *SARS-CoV-2*, inicialmente descoberto na cidade de Wuhan na China, resultou na doença conhecida como Covid-19. Devido à alta capacidade de disseminação do vírus, o governo brasileiro, em março de 2020, decretou uma situação pandêmica, restringindo a circulação de pessoas e o funcionamento do comércio. Diante disso, a crise de saúde pública ocasionada pelo *SARS-CoV-2* afetou também os setores econômicos e financeiros do país (OMS, 2020).

Nesse contexto, os gestores tomaram decisões no sentido de proteger as empresas dos efeitos negativos da crise econômico-financeira gerada pela pandemia. Desde quando foi decretada a situação pandêmica, as empresas buscaram compreender quais medidas seriam necessárias para mitigar as consequências da crise sanitária para os negócios. As escolhas tomadas pelas organizações podem ser visualizadas através dos demonstrativos financeiros, juntamente com a análise dos índices econômico-financeiros (AVELAR *et al.*, 2021).

Esses índices, de acordo com Martins, Miranda e Diniz (2020), representam relações entre as contas das demonstrações contábeis, como o Balanço Patrimonial (BP), e a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE). Ainda, os índices são indicadores da situação econômico-financeira da entidade, utilizados pelos analistas do mercado para averiguar como os gestores estão gerindo seus negócios, a fim realizar também previsões acerca da situação econômico-financeira das firmas.

Por meio dos resultados encontrados nos índices econômico-financeiros, os gestores possuem a possibilidade, além de analisar a saúde financeira da empresa, de realizar comparações com os organizações do mesmo ramo, por meio de um conjunto de indicadores, que servem, igualmente, aos credores e investidores da companhia. Dentre os mais conhecidos estão os indicadores de liquidez, de rentabilidade, de estrutura de capital, e retorno das ações (CARDOSO; TRISTÃO, 2021).

Vale ressaltar, que diante da crise econômica acarretada pela Covid-19, é esperado que as organizações contem com menos recursos advindos das suas atividades, bem como, maior necessidade de captação financeira junto a instituições bancárias, sendo que algumas empresas com maior credibilidade no mercado conseguem obter recursos emprestados mais facilmente. Essas informações, sobre o reflexo da pandemia no gerenciamento dos recursos das organizações, estão registradas nos seus demonstrativos econômico-financeiros (AVELAR *et al.*, 2021).

Ao contrário das crises econômicas anteriores, que tiveram focalizadas em setores

financeiros e bancários, tais como, a Grande Depressão e a crise do *subprime* americano, a crise ocasionada pela pandemia da Covid-19 atinge principalmente o setor de serviços, comércio e a indústria, que juntos são responsáveis por aproximadamente 80% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro (MAGALHÃES; CARDOSO, 2020).

Sobretudo no Brasil, com condições favoráveis de clima e solo, somadas a políticas econômicas, que englobam o financiamento e desenvolvimento de pesquisas, o agronegócio se destaca como um importante setor para a economia do país, representativo para o PIB brasileiro (GUILHOTO *et al.*, 2007).

Em 2018, o setor do agronegócio, que envolve a agricultura e pecuária, atingiu 21,1% do PIB brasileiro. Em comparação com outros países, o PIB do agronegócio do Brasil é maior que importantes economias mundiais, como Israel, Irlanda, Hong Kong, Malásia, Dinamarca, Colômbia, Chile, e, se o agronegócio brasileiro fosse um país, seria, em 2019, a 33ª economia do mundo, à frente de 165 economias. Diante disso, trata-se de um importante segmento para a economia brasileira, e torna-se relevante mais pesquisas para melhor compreendê-lo (LUZ; FOCHEZZATO; 2022).

Nesse contexto, a análise do setor do agronegócio no período de crise da Covid-19 torna-se importante pela dimensão que possui para a economia brasileira. Alguns trabalhos se propuseram a investigar o efeito causado pela crise sanitária no setor do agronegócio. Dentre estes, a pesquisa de Koeche *et al.* (2021) se destaca por ter analisado os indicadores financeiros de estrutura de capital e rentabilidade das quatro maiores empresas do Setor do Agronegócio de carne listadas na B3 S.A., no período de 2018 a 2020, identificando crescimento do PIB, apesar da crise econômica resultante da pandemia, e elevação do faturamento, refletindo em melhor lucratividade e rentabilidade em sua amostra.

Por sua vez, Guedes *et al.* (2021) analisou a relação entre o desempenho econômico-financeiro e os ciclos econômicos nas organizações do ramo de agronegócio listadas na B3, no período 2010-2020, englobando o período pandêmico. Os indicadores liquidez, estrutura de capital, endividamento, lucratividade e rentabilidade foram relacionados com o câmbio, com o ciclo econômico e com o PIB do agronegócio (PIBA). Os resultados evidenciaram associações entre índices de lucratividade e rentabilidade com o câmbio e o PIBA (GUEDES *et al.*, 2021).

Para análise dos índices dos setores, considera-se importante analisar os índices de liquidez e endividamento. Os indicadores de liquidez medem a capacidade de pagamento da empresa, de cumprir corretamente com as obrigações assumidas com terceiros. Já os índices de endividamento fornecem subsídios para compreender o grau de comprometimento financeiro de uma empresa perante seus credores, e ainda, a capacidade de honrar os compromissos

financeiros assumidos a longo prazo (ASSAF NETO, 2008).

A fim de obter uma análise concreta e confiável, a partir dos indicadores de liquidez e endividamento, é necessário verificá-los em conjunto e compará-los para que a interpretação seja correta, pois, uma informação incompleta ou mal interpretada pode ocasionar prejuízos financeiros. É preciso considerar também os acontecimentos no ambiente externo, que podem causar grande impacto na organização. Dessa forma, o conhecimento acerca da análise dos indicadores econômico-financeiros pode determinar escolhas bem-sucedidas por parte dos investidores e gestores (REGERT *et al.*, 2018).

Em um período de crise, marcado pela pandemia da Covid-19, torna-se relevante compreender a situação de liquidez e endividamento do setor de agronegócio, importante ramo para a economia brasileira, considerando ainda que os estudos são incipientes sobre o tema. Diante disso, o estudo apresenta a seguinte problemática: como foi o comportamento dos índices de liquidez e endividamento de uma empresa do ramo do agronegócio no período afetado pela crise da Covid-19? O objetivo geral do estudo é compreender o comportamento dos índices de liquidez e endividamento em uma empresa do setor do agronegócio durante a pandemia de Covid-19.

Quanto aos objetivos específicos têm-se: analisar os demonstrativos contábeis no período de 2019 a 2021; identificar as variações nos índices de liquidez e endividamento no período anterior e durante a pandemia; verificar os efeitos da pandemia da Covid-19 nos indicadores de liquidez e endividamento da empresa analisada.

O trabalho realiza um estudo de caso, analisando os índices de liquidez e endividamento de uma empresa do ramo do agronegócio, situada no estado de Minas Gerais, no segmento de agricultura de café, soja, milho, sorgo, trigo, e batata, que revende os produtos somente para indústrias, e possui como principal cliente a PepsiCo, além de já ter sido fornecedora do McDonald's, e de outras organizações do setor alimentício. Além disso, a empresa está há trinta e um anos no mercado mineiro. No estudo está representada por Empresa X.

O trabalho contribui com a literatura sobre o tema, haja vista poucas pesquisas que investigaram os índices econômico-financeiros durante a pandemia da Covid-19. Além disso, estudos que visem analisar indicadores das demonstrações contábeis, em setores importantes para a economia brasileira, como o agronegócio, de acordo com Costa, Pereira e Lima (2021), fornecem subsídios para a tomada de decisão, sobretudo devido as oscilações financeiras do período. Dessa forma, o estudo contribui ainda para os gestores empresariais e credores, que podem tomar decisões mais assertivas, sobretudo em momentos de crise econômica.

## 2 REFERENCIAL TEÓRICO

### 2.1 Índices de Liquidez e Endividamento

Os indicadores econômico-financeiros de uma entidade demonstram a relação entre as contas das demonstrações contábeis, permitindo ao analista construir um quadro de avaliação da empresa. Importante destacar que os índices são mais bem compreendidos quando são estabelecidos parâmetros de comparação, como por exemplo, analisar os indicadores ao longo do tempo de uma mesma organização; com outras empresas do mesmo ramo; ou ainda realizar uma comparação setorial (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

Sobre os demonstrativos financeiros, eles podem ser divididos em: balanço patrimonial, demonstração do resultado do exercício, demonstração das mutações do patrimônio líquido, demonstração do valor adicionado e demonstração dos fluxos de caixa. Em relação ao balanço, a análise das contas de ativo, passivo e patrimônio líquido interessa a uma gama de usuários como os fornecedores, clientes, bancos, corretoras de valores e público investidor, concorrentes, governo e aos dirigentes da empresa. Somado a isso, a análise dos indicadores financeiros sobre rentabilidade e liquidez auxilia os administradores no processo de tomada de decisão (BARBOSA; NOGUEIRA, 2018).

A respeito dos indicadores de liquidez, Assaf Neto e Lima (2017) compreendem que estes são capazes de averiguar se uma empresa possui capacidade financeira para arcar com os compromissos financeiros assumidos, e demais obrigações. Em suma, os índices de liquidez demonstram a capacidade da entidade de saldar suas dívidas de curto prazo, e a solvência financeira da empresa de quitar suas obrigações de forma geral.

Os índices de liquidez são divididos em: liquidez corrente, liquidez seca, liquidez imediata e liquidez geral. O primeiro índice revela o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo (ativo circulante) para cada 1 real de dívida de curto prazo (passivo circulante), ou seja, é obtido pela divisão do ativo circulante pelo passivo circulante. Dessa forma, se o resultado for maior que 1, demonstra que a empresa possui capacidade de pagamento a curto prazo, apresentando um Capital Circulante Líquido (CCL) positivo (MARZZONI; SILVA; PEREIRA, 2020; MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

Uma crítica atribuída ao índice de liquidez corrente diz respeito às diferenças temporais entre os recebíveis do ativo circulante, e as obrigações de curto prazo. Por exemplo, podem existir contas no ativo circulante que serão recebidas dentro de três meses, e obrigações de curto prazo a pagar no prazo de um mês. Essas diferenças nos prazos não são captadas pelo índice.

Somado a isso, é importante que o analista esteja atento à qualidade dos recebíveis, como por exemplo, se a empresa possui números consideráveis de duplicatas a receber e de estoques, contas que compõem o ativo circulante (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

Nesse sentido, desconsiderando o efeito dos estoques e das despesas antecipadas, o índice de liquidez seca considera as contas de maior liquidez no ativo circulante, que seriam basicamente as duplicatas a receber, o caixa e equivalentes de caixa. O índice de liquidez seca revela a capacidade da empresa de arcar com as dívidas a curto prazo, considerando as contas de maior liquidez do ativo circulante. Assim como ocorre no índice de liquidez geral, o índice de liquidez seca também não é capaz de captar a diferença temporal entre as contas a receber de maior liquidez e as contas a pagar no curto prazo (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

Diante disso, o índice de liquidez imediata considera, no ativo circulante, apenas a conta caixa e equivalente de caixa, dividido pelo passivo circulante da empresa, demonstrando as dívidas a curto prazo que poderiam ser pagas imediatamente, utilizando o disponível da entidade. Como as empresas possuem poucos recursos alocados no disponível, devido ao efeito inflacionário, o índice de liquidez imediata quase sempre é baixo. Todavia, depende do ramo de atividade da empresa. Os bancos, por exemplo, precisam ter valores significativos no disponível para arcar com os saques que podem ser superiores aos depósitos, ou realizarem empréstimos (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

Já o índice de liquidez geral mostra o quanto a empresa possui de recursos de curto e longo prazo (ativo circulante + realizável a longo prazo), para cada um real de dívida de curto e longo prazo (passivo circulante e não circulante). Dessa forma, o índice de liquidez geral revela a capacidade de pagamento da empresa em relação a todos os compromissos assumidos. O índice de liquidez geral, mais do que os demais, sofre os efeitos das diferenças temporais entre as contas do numerador e denominador, por envolver elementos de curto e longo prazo (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

Em suma, os indicadores de liquidez são utilizados para avaliar a capacidade de pagamento de uma empresa perante terceiros, o equilíbrio financeiro da companhia e a gestão do seu capital de giro (ASSAF NETO; 2015). A interpretação dos indicadores deve ser realizada com cautela, pois o cálculo dos indicadores de liquidez é de fácil realização, entretanto a interpretação tende a ser mais complexa (AZZOLIN, 2012).

Em relação aos índices de endividamento, além dos índices de liquidez, eles “fornecem, ainda, elementos para avaliar o grau de comprometimento financeiro de uma empresa perante seus credores (principalmente instituições financeiras) e sua capacidade de cumprir os compromissos financeiros assumidos a longo prazo” (ASSAF NETO, 2008, p. 122).

Sendo assim, o índice de endividamento revela o quanto a empresa possui de dívidas com terceiros (passivo circulante e passivo não circulante), para cada um real de recursos próprios (patrimônio líquido). Indica o grau de dependência que a entidade possui em relação ao capital de terceiros e o risco a qual está sujeita (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

Nesse mesmo sentido, o índice de endividamento revela, ainda, a evolução do endividamento da empresa ao longo dos exercícios, de acordo com os níveis de comprometimento em relação ao capital próprio e ao capital de terceiros, informando se tal organização faz maior uso de recursos próprios ou de terceiros (CORREIA; GANZAROLLI, 2019).

O resultado alto ou baixo do índice de endividamento não revela por si só se a empresa está em uma situação financeira boa ou ruim. Torna-se importante observar a qualidade da dívida, pois, se uma empresa tiver alto endividamento com terceiros no longo prazo, a um baixo custo, pode ser interessante em termos de rentabilidade ao acionista. Todavia, endividamentos caros, a um curto prazo, podem comprometer a rentabilidade da organização (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

Dessa forma, a análise setorial dos índices de endividamento é um bom parâmetro para observar se a entidade está numa situação financeira favorável. Por exemplo, os índices de endividamento de uma empresa bancária, em regra, são maiores que empresas do ramo de roupas, por exemplo (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

Em relação aos prazos das dívidas com terceiros, o índice de composição do endividamento demonstra o quanto do recurso de terceiros (passivo circulante e passivo não circulante) está sendo exigido no curto prazo (passivo circulante). Uma empresa com menores níveis de endividamento no curto prazo, geralmente, oferece menos riscos (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

Do ponto de vista financeiro, é comum que as empresas busquem recursos com terceiros no longo prazo para financiar o ativo não circulante, e recursos no curto prazo para financiar o ativo circulante. Embora não seja uma regra, uma empresa com níveis mais elevados de endividamento no longo prazo terá melhores condições de gerar recursos para fazer frente aos compromissos num momento de crise, ao passo que, uma entidade com grande parte das dívidas com vencimento no curto prazo, se surpreendida por uma crise, poderia tomar decisões financeiras desfavoráveis como venda do estoque a preço baixo, para conseguir cumprir com as obrigações no curto prazo (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

## **2.2 Comportamento dos Índices de Liquidez e Endividamento no Setor do Agronegócio**

Em relação aos cálculos dos índices, alguns trabalhos se propuseram a identificar os índices de liquidez no setor do agronegócio. Cella, Souza e Appis (2011), realizaram uma análise contábil e financeira por meio da comparação analítica dos índices de liquidez e rentabilidade, utilizando os balanços patrimoniais publicados pela Cooperativa de Produtores de Cana-de-Açúcar, Açúcar e Álcool do Estado de São Paulo (COPERSUCAR) no período de 2003 a 2007. Em relação aos índices de liquidez, os resultados encontraram que nos índices de liquidez corrente, a empresa obteve um desempenho acima do considerado ideal, com o capital circulante líquido positivo, permitindo inferir que a entidade é confiável, tanto perante o mercado, quanto perante seus acionistas.

Em outra abordagem, Santana, Lima e Tavares (2019), procuraram analisar as relações entre a flutuação de variáveis relacionadas ao contexto econômico do Brasil, que incluem o PIB, a taxa de juros Selic no Brasil, entre outros fatores, com o comportamento do Indicador de Liquidez Corrente (ILC) de 33 empresas do agronegócio, listadas na Bolsa de Valores B3 S.A. Como principais resultados, os autores evidenciaram que um incremento positivo da riqueza produzida internamente no país, relaciona-se positivamente a um aumento da liquidez de curto prazo do agronegócio, ao passo que, a desvalorização do real frente às principais moedas internacionais, não é benéfico para a situação financeira de curto prazo dessas empresas.

Por outro lado, tendo como objeto de estudo uma empresa familiar do setor do agronegócio, Oliveira, Guimarães e Iglesias (2020), analisaram a relação entre os indicadores de liquidez e rentabilidade, através de uma análise quantitativa, ao longo de 20 anos de operação da entidade, de 1999 a 2018. Como principais resultados a pesquisa demonstrou que a organização apresenta boa capacidade de honrar com os compromissos assumidos, visto que os indicadores de liquidez corrente, seca e geral apresentam valores médios superiores a 1. Quanto à relação entre os indicadores, evidenciou-se que no curto prazo, considerando a liquidez corrente, tende a existir um conflito entre liquidez e rentabilidade, ao passo que, na perspectiva de longo prazo (liquidez geral), os indicadores tendem a convergir.

Nessa mesma linha, identificando a relação entre índices de liquidez e rentabilidade, Ferraz, Souza e Novaes (2017), coletaram dados de 371 empresas de 23 setores listadas na Bovespa, entre os anos de 2000 e 2013, excluindo desta população as empresas do segmento de seguros e do setor financeiro por possuírem estrutura contábil própria. Utilizou-se como

parâmetro de rentabilidade o Retorno Sobre o Patrimônio Líquido (ROE), e como liquidez, o índice de liquidez corrente. Através de uma análise quantitativa, foi possível observar uma relação inversa entre rentabilidade e liquidez para as empresas da amostra, evidenciando o conflito de escolha dos gestores entre manter mais recursos financeiros disponíveis, ou realizar investimentos em recursos que podem agregar valor para a empresa no longo prazo.

Com foco no período de crise ocasionada pelo coronavírus, Barreto e Araújo (2021) realizaram um estudo sobre a variação da liquidez e do endividamento das empresas listadas no Índice Bovespa da B3, para os quatro trimestres do ano de 2020, através de uma análise quantitativa. Os resultados mostraram que, em média, as empresas passaram por substancial aumento de liquidez no ano de 2020, principalmente no segundo trimestre, sendo os setores de Bens Industriais, Petróleo, Gás e Biocombustíveis e Utilidade Pública os que apresentaram maiores aumentos de liquidez no período.

Na pesquisa, em termos de endividamento, houve aumento da participação de capital de terceiros, podendo inferir que a liquidez foi financiada por realocação de ativos da empresa e políticas que buscassem a troca do financiamento a curto prazo pelo de longo prazo. Assim, foi possível observar que em períodos de incerteza, como o da pandemia covid, uma das prioridades das companhias é o fortalecimento do caixa através de realocação de ativos, refinanciamentos de passivo e contratação de linhas de crédito (BARRETO; ARAÚJO, 2021).

Em relação aos índices de endividamento, o estudo de Kronbauer *et al.* (2013) investigou a estrutura de capital de uma amostra composta por 23 empresas do setor do agronegócio brasileiro listadas na Bovespa, no período de 2004 a 2011, analisando o seu endividamento geral e bancário, utilizando uma abordagem quantitativa. Verificou-se que a estrutura de capital dessas empresas não sofreu alteração significativa. Observa-se, por outro lado, que a composição deste endividamento sofreu um expressivo aumento no endividamento bancário. Esse fato é coincidente com o aumento da lucratividade e rentabilidade dessas empresas a partir de 2008, com a elevação dos incentivos oriundos de programas governamentais, o que levou a uma elevação significativa do PIB agropecuário em relação ao PIB do país.

Em comparação aos outros setores, Hall, Kaveski e Hein (2014), realizaram um estudo com objetivo de analisar o impacto do endividamento no custo da dívida e rentabilidade das empresas do agronegócio brasileiro, em relação as outras empresas listadas nos diversos setores de capital aberto, através de uma análise quantitativa dos dados. O período de estudo foi de 2006 a 2011 e a amostra foi composta por 195 empresas brasileiras. Nos resultados, os autores encontraram que considerando a média dos indicadores, as empresas do agronegócio tem uma

estrutura de endividamento menor que as empresas dos outros setores, com exceção da dívida de curto prazo que, na média, é maior em relação às outras empresas. Entretanto, a rentabilidade das empresas do agronegócio possui média menor que as empresas dos outros setores, nos anos analisados.

Nessa mesma perspectiva, Zimmer, Bilibio e Michels (2019), verificaram o nível do desempenho econômico-financeiro de 18 empresas do setor de agronegócio de capital aberto no período de 2014 a 2016, através de uma análise quantitativa. Em relação ao endividamento e aos índices de rentabilidade, os achados do estudo indicam que quanto maior a participação de capital de terceiros, menor tende a ser o seu retorno sobre o ativo. Junto a isso, identificou-se que quanto maior o imobilizado, mais a empresa recorre a participação de terceiros para financiá-la. O segmento que obteve o melhor índice de rentabilidade foi alimentos e derivados, observando também que essas empresas utilizam mais recursos próprios que de terceiros, reduzindo, assim, as altas taxas de juros pagas no mercado financeiro. Em contrapartida, o setor de carnes e derivados apresentou maior necessidade de captação de capital de terceiros, o que gerou maior dispêndio financeiro, reduzindo assim a lucratividade da empresa.

Alguns trabalhos também analisaram os índices econômico-financeiros no período de crise da pandemia do covid-19, como o de Teixeira *et al.* (2022), que comparou os indicadores de liquidez, endividamento, lucratividade e rentabilidade de 85 empresas dos setores de consumo cíclico e 29 firmas do setor não cíclico da Brasil, Bolsa, Balcão (B3), durante quatro períodos de 2009 a 2020, utilizando técnicas quantitativas de análise. Foi possível observar que a crise do *subprime* dos EUA (2009), a crise econômica e política brasileira iniciada em 2014 até 2017, bem como a internacional decorrente da pandemia Covid-19 (2020) desencadearam flutuações de ciclos econômicos, com reduções no PIB. Os resultados indicaram que à medida que o ambiente econômico foi se tornando menos favorável em virtude das crises econômicas, o endividamento a curto prazo e a dependência de capital de terceiros elevaram-se. Além disso, os setores de consumo cíclico apresentaram menores desempenhos nos anos analisados.

Somado a isso, o estudo de Campos, Nazaré e França (2022), analisaram a relação entre rentabilidade, liquidez e endividamento, em uma amostra de 58 empresas abertas não financeiras, listadas B3, nos anos de 2017 a 2020, considerando o cenário anterior e durante a pandemia. Os autores encontraram que ao longo dos anos de 2017 a 2020, todos os setores observados utilizaram, cada vez mais, o endividamento como fonte de recursos. No ano de 2020, com a incidência da pandemia, a crise econômica levou as empresas a utilizarem como fonte de financiamento, cada vez mais, capitais de terceiros para compensar a redução de lucros e cobrir suas necessidades de capital de giro. Em função do endividamento e,

consequentemente, do risco de mercado, identificou-se uma redução da liquidez geral em todos os setores.

Esses estudos mostram a análise realizada em empresas de diversos setores e do agronegócio, quanto aos seus índices de liquidez e endividamento, que podem impactar na rentabilidade dessas entidades. É preciso, assim como identificado nos estudos, a análise do ambiente externo em que a organização está inserida, além de considerar o surgimento de crises financeiras internacionais, bem como, avaliar os índices obtidos juntamente com aqueles encontrados no setor, para que se possa ter um quadro econômico-financeiro da companhia mais fidedigno, e traçar perspectivas futuras.

### **2.3 Covid-19 e a Gestão Financeira nas Organizações**

No final do ano de 2019, na cidade de Wuhan na China, foi descoberto um vírus chamado de SARS-COV-2, causador da covid-19, uma doença que possui alta capacidade de disseminação, e que pode levar à morte. Dessa forma, a OMS (2020), em março de 2020 no Brasil, decretou uma situação pandêmica, apresentando um plano de ações para conter a propagação do vírus, que incluía o isolamento social, com suspensão de atividades comerciais não essenciais (PESSOA *et al.*, 2022).

Com o fechamento do comércio, as empresas passaram a revender seus produtos no ambiente *online*, além de implementar o *home office* para seus trabalhadores, como solução para cumprir seus compromissos financeiros, e evitar o desemprego. Todavia, foi notado um cenário de demissões, fechamento de empresas, e redução de lucros. No intuito de minimizar os impactos da pandemia, muitas organizações buscaram empréstimos no mercado, prorrogação de prazo para pagamento de tributos, diversificação de suas vendas para o meio *online* e entrega de produtos em casa (PESSOA *et al.*, 2022).

O Brasil já vinha enfrentando crises econômicas anteriores. Sabe-se que no período 2015-2016, o país passou por uma recessão profunda, quando o PIB registrou uma queda cumulativa de 6,7% e, em termos per capita, e de 8,3% em termos gerais. Essas crises aumentaram significativamente a informalidade no mercado de trabalho, atingindo 48% da população em meados de 2020 (SILBER, 2020).

Em virtude da resposta inadequada do governo brasileiro à questão sanitária, os efeitos da pandemia são ainda mais severos. Observou-se que em meados de 2020, 720 mil empresas fecharam as portas, 13 milhões de trabalhadores estavam desempregados, 5,7 milhões eram desalentados e 32 milhões estavam subempregados; ou seja, 52,8% da população

economicamente ativa estava marginalizada e excluída do mercado de trabalho (SILBER, 2020).

Em relação aos segmentos de mercado afetados, de acordo com o Sebrae (2020), já na segunda semana do mês de março de 2020, em consequência das medidas restritivas de contato social, destaca-se o segmento de varejo, que apresentou queda de 6% do faturamento; o de moda queda de 3%; no segmento de construção civil houve queda de 6% nas buscas por itens de decoração, 10% nas buscas por móveis e 29% nos serviços de reparo e reforma; queda de 46% nas buscas por serviços de beleza; queda de 41% nos gastos com turismo e de 30% na demanda por voos domésticos e 50% nos voos internacionais.

Enquanto isso, na mesma quinzena de março de 2020, houve aumento de 17% no faturamento das farmácias e drogarias; crescimento de 15% na busca por aplicativos de entrega; e aumento de 14% no ramo de supermercados (SEBRAE, 2020). Dessa forma, dependendo do segmento, as empresas apresentaram aumento do faturamento ou queda.

No final do ano de 2020, o comércio varejista, em relação a 2019, apresentou queda relativa a 33% do faturamento; o setor de alimentação apresentou queda de 42% se comparado ao período antes da pandemia; no setor de construção civil houve redução de 30%; o de beleza 42%; o turismo diminuição de 65% (SEBRAE, 2020).

Em momentos de crise, como a da covid-19, bem como para o equilíbrio econômico das organizações, é importante que os gestores realizem uma boa gestão financeira, impedindo que a empresa encerre suas atividades, em decorrência da falta de recursos para honrar com seus passivos. Nesse contexto, Teixeira e Pussiareli (2020), investigaram a relação entre a importância da gestão financeira e a sobrevivência das micro e pequenas empresas em cenários atípicos.

O estudo foi realizado com trinta e cinco empresas de pequenos empreendimentos, nos variados segmentos do estado do Rio de Janeiro, através de um questionário, separando as organizações que possuíam gestão financeira antes da pandemia, daquelas que não realizavam, com objetivo de averiguar se a utilização da gestão financeira realmente auxiliou na sobrevivência e manutenção do empreendimento durante este cenário (TEIXEIRA; PUSSIARELI, 2020).

Como achados do estudo, os autores encontraram que as empresas que já possuíam a gestão financeira no período anterior a pandemia tiveram um impacto muito menor na saúde financeira, em relação àquelas que não realizavam. Além disso, a gestão financeira auxiliou os pequenos empreendimentos a se manter no mercado, no curto prazo, o que a médio e longo prazo pode ser considerado fundamental para a sobrevivência neste cenário de crise

(TEIXEIRA; PUSSIARELI, 2020).

A crise enfrentada pelas pequenas empresas em tempos de pandemia pelo coronavírus, pode ter sido agravada pela falta de informações quanto a saúde financeira da organização, que pode ser visualizada através dos demonstrativos contábeis. Ferreira e Lopes (2021), investigaram os impactos da pandemia da COVID-19 quanto à gestão financeira das micro e pequenas empresas de acordo com a ótica de um empresário contábil.

Os resultados da pesquisa revelam, de acordo com a visão do empresário, que as pequenas empresas vêm enfrentando impactos financeiros decorrentes da pandemia da covid-19 relacionados a redução do faturamento, devido ao decreto de *lockdown* e pela dificuldade de adaptação ao formato de vendas online; inadimplência por parte de seus clientes; além de obstáculos nas obtenções das linhas de crédito. O gestor financeiro, dessa forma, torna-se importante por fornecer informações úteis a tomada de decisão, através da análise dos demonstrativos financeiros (FERREIRA; LOPES, 2021).

Sob a mesma linha de estudos, Bernardes, Silva e Lima (2020) destacam que principalmente os pequenos negócios têm sido mais fortemente afetados pela crise econômica decorrente da pandemia da covid-19, do que empresas maiores, e o comércio eletrônico ainda não é uma realidade nas pequenas e médias empresas. Diante disso, as empresas devem avaliar suas capacidades de suportar rompimentos tanto operacionais quanto financeiros, fazendo com que a tomada de decisão seja realizada para minimizar os problemas reais ou potenciais.

Com vistas a analisar as empresas de capital aberto listadas na B3, Avelar *et al.* (2021) investigaram os efeitos da covid-19 sobre a sustentabilidade econômico-financeira de 193 firmas. Para tanto, foi realizado uma pesquisa quantitativa e descritiva, com base em dados trimestrais das empresas, assim como as notas explicativas do primeiro trimestre de 2020.

Observou-se uma queda significativa das receitas dessas empresas em 2020, em relação aos anos anteriores, tal como esperado pelas medidas de mitigação da pandemia da covid-19. Somado a isso, verificaram-se significativos aumentos dos indicadores econômico-financeiros relacionados aos ciclos financeiros e operacional das empresas, assim como daqueles ligados ao endividamento delas. Além disso, verificou-se uma redução dos indicadores relacionados à rentabilidade. Diante do cenário de queda significativa do faturamento, houve aumento no volume de captação de empréstimos e financiamentos por parte das organizações no primeiro trimestre de 2020 (AVELAR *et al.*, 2021).

Em momentos de crise ocasionado pela pandemia da covid-19, além de outras situações que afetam a economia, como a guerra exterior, entre Rússia e Ucrânia, é imprescindível que as empresas apliquem a disciplina financeira aos negócios, tomando decisões integradas que

tenham como objetivo organizar a entrada e saída de recursos, por meio da renegociação de suas dívidas; avaliação de novas formas de venda para aumento de retorno financeiro; análise do investimento que é realizado utilizando os recursos da companhia, que precisam ser investidos de forma assertiva, principalmente quando envolvem imobilização dos ativos (PASSENKO, 2022).

A partir da análise dos estudos, observa-se que os pequenos negócios foram os mais afetados pelas medidas de mitigação da pandemia ocasionada pelo coronavírus, em relação as médias e grandes organizações. Alguns dos motivos citados nas pesquisas estão ligados ao maior tempo de adaptação às vendas *online*; maiores dificuldades de obtenção de créditos; falta de gestão financeira; redução brusca de faturamento, sem reserva de caixa para dar suporte as obrigações de curto e médio prazo. Junto a isso, evidencia-se nos estudos citados que se torna imprescindível que as organizações busquem realizar uma boa gestão financeira, a fim de evitar problemas econômicos, e gerir melhor seus recursos.

#### **2.4 O Setor do Agronegócio Durante a Pandemia**

Em março de 2020, governos do mundo todo entraram em alerta em relação a uma pandemia causada pelo vírus da covid-19. Nessa época, medidas de contenção da doença foram tomadas, que incluíam fechamento dos comércios e isolamento social. A preocupação em torno da manutenção dos serviços essenciais à população, como saúde e alimentação, foi recorrente entre os governos (OMS, 2020).

Quanto ao agronegócio, uma das primeiras ações do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA) foi a criação de um Comitê de Acompanhamento da Crise, constituído pelas secretarias do Ministério e suas empresas vinculadas. A principal meta do MAPA foi, nos termos da Lei nº 13.979 e do Decreto nº 10.282, garantir o fornecimento de alimentos para a população brasileira e a continuidade dos compromissos no suprimento de alimentos para os parceiros comerciais do país (CRISTINA, 2020).

Outra medida do MAPA foi manter o fluxo de caixa das principais empresas do setor do agronegócio, incluindo as pequenas. Diante disso, o Conselho Monetário Nacional, por solicitação do Mapa, aprovou prorrogações de pagamentos de dívidas, créditos emergenciais para os produtores familiares e médios produtores e, a fim de garantir liquidez num momento em que as empresas sentiram o impacto da falta de financiamentos, recursos para a aquisição e estocagem de produtos agrícolas (CRISTINA, 2020).

Alguns setores da economia, como o agronegócio, parecem ter sentido menos os efeitos negativos da covid-19. Pedro (2022) investigou a associação negativa entre a evolução da pandemia da COVID-19 ao longo dos anos 2020 e 2021 e a variação do preço das ações das companhias do agronegócio brasileiro listadas na B3. Os autores realizaram um estudo quantitativo por meio do uso do modelo linear de regressão múltipla. Os resultados demonstraram que, na maior parte, a evolução da pandemia da covid-19 pouco afetou os preços das ações das empresas.

Do mesmo modo, Machado e Malagolli (2021) por meio de um levantamento bibliográfico com o objetivo de identificar os principais impactos da pandemia do novo coronavírus sobre o agronegócio brasileiro, identificaram que, de modo geral, não houve grandes impactos para o agronegócio, pois mesmo com os altos preços dos alimentos, e com a queda em alguns segmentos, além de outras adversidades, o agronegócio é um dos únicos setores com resultados positivos no PIB.

Ao analisar o setor de agronegócio durante a pandemia, Schneider *et al.* (2020) buscaram informações da imprensa, bem como de diversos materiais e dados publicados por organismos nacionais, internacionais, e agentes privados. Como resultados, os autores apontam que a pandemia trouxe efeitos benéficos ao setor, ao contribuir para a inserção internacional do agronegócio do Brasil, aumentando as exportações. Todavia, a análise também indica problemas potenciais no abastecimento do mercado interno e eventuais aumentos de preços, ocasionada pela inflação de alimentos, fruto do aumento da demanda, como dos custos de produção em razão da desvalorização cambial, que representa estímulo à exportação.

Sob mesma ótica, Ribeiro *et al.* (2022) apontam que o agronegócio brasileiro apresentou um desempenho econômico melhor em relação a outros setores da economia. Alguns dos motivos estão ligados a prioridade dada pelos governos para o funcionamento das cadeias agroalimentares, conjuntamente as não interrupções significativas nas cadeias de suprimento. Essas conclusões foram baseadas em indicadores econômicos (PIB, exportações, balança comercial, etc.), que apontam que o agronegócio não foi afetado pela pandemia. Todavia, isto pode levar a falsa conclusão de que não houve impactos negativos no setor. Esses efeitos negativos da pandemia sobre o agronegócio podem ser elencados, conforme Ribeiro *et al.* (2022):

Quadro 1 - Efeitos negativos da Pandemia da Covid-19 sobre o Agronegócio Brasileiro

<b>Efeitos Negativos</b>	<b>Impactos</b>
Redução da disponibilidade de insumos	A baixa disponibilidade e dificuldade de acesso a insumos como defensivos e pesticidas pode ter paralisado momentaneamente algumas cadeias, além de contribuir para aumento dos preços, afetando negativamente os rendimentos e a produção agrícola.
Atrasos ou interrupções nos serviços de apoio à comercialização	As restrições totais ou parciais na mobilidade das pessoas afetaram a prestação de serviços essenciais de segurança, qualidade e certificação de alimentos, como as ações necessárias para o comércio, que incluem inspeções físicas para certificações fitossanitárias
Deterioração de produtos relativamente mais perecíveis	O fechamento de fronteiras e procedimentos de verificações adicionais em alguns países geraram congestionamentos e atrasos, prejudicando o trânsito de insumo e produtos perecíveis. Somado a isso, uma retração da demanda, no curto prazo, em função das medidas de isolamento, também contribuíram para uma perda maior desses bens em específico.
Aumento dos custos logísticos de armazenamento	Devido ao represamento da demanda no mercado interno, houve aumento dos custos de armazenamento das carnes.
Aumento dos custos logísticos aéreos	O encalhe das companhias aéreas e o aumento do custo do frete internacional, em razão dos menores volumes de comércio e da falta de voos comerciais de passageiros, impactaram negativamente na exportação de produtos alimentícios perecíveis de maior valor, incluindo frutos do mar, frutas e vegetais.
Aumento dos custos logísticos marítimos	Com as paralisações ou restrições de movimentação nos portos, houve uma escassez de contêineres, com respectivo aumento de preços. Como resultado, o preço da carga aumentou e houve redução do volume de tráfego, afetando o transporte de <i>commodities</i> e alimentos, mesmo com as reaberturas graduais das economias.

Fonte: Adaptado de Ribeiro *et al.* (2022)

Nos efeitos negativos observados pelos autores, fica evidente o aumento dos custos de armazenamento e transporte dos produtos. Dessa forma, os custos logísticos mais elevados em razão da pandemia, representam um impacto significativamente negativo sobre produtos agrícolas. Observa-se que a baixa relação valor/volume/peso, outra especificidade dos produtos agrícolas, em geral com baixo valor agregado, faz com que os custos logísticos representem uma margem de comercialização significativamente mais alta dos outros setores da economia. Nesse sentido, a elevação dos custos logísticos da economia ocasionada pela crise da pandemia da covid-19, tem um potencial efeito negativo mais concentrado sobre os custos totais e lucros de algumas cadeias do agronegócio (RIBEIRO *et al.*, 2022).

Mesmo com a alta de preços dos produtos agrícolas e carnes, devido ao aumento dos custos, principalmente no mercado interno brasileiro, associada a perda do poder de compra;

no campo internacional, o setor de agronegócio registrou aumento nas exportações do complexo soja (soja em grão, óleo e farelo), proteínas animais, produtos florestais, óleos vegetais e açúcar. Alguns dos motivos do aumento das exportações são devidos a alta e contínua demanda chinesa; da preferência por parte dos chineses das importações de *commodities* de proteínas animais norte-americanas; e, ainda a forte desvalorização da moeda brasileira frente ao dólar americano e ao euro, superior a 30% desde o início de 2020 (TAMARINDO; PIRES, 2021).

Diante disso, as relações comerciais brasileiras em relação ao agronegócio devem ser preservadas, haja vista que o setor é representativo para o PIB brasileiro. Além disso, o fortalecimento comercial com a China, é uma importante estratégia para a economia brasileira, já que o crescimento da população chinesa, principalmente urbana, e de sua renda, demandarão ainda mais alimentos e tantos outros produtos de origem animal e vegetal, como os complexos soja, milho, carnes, açúcar, celulose e lácteos (TAMARINDO; PIRES, 2021).

Mesmo com a elevação dos custos, ao analisar o PIB e a balança comercial do agronegócio, Tamarindo e Pires (2021) concluem que o setor alavancou ainda mais seus resultados, contribuindo para a economia do país. Os pequenos produtores, no entanto, tiveram maiores dificuldades na pandemia, com dificuldades de escoamento da produção no mercado interno, e alta dos custos.

## **2.5 Estudo de Caso: Empresa X**

O objeto de estudo do trabalho é uma empresa localizada no estado de Minas Gerais, na região do cerrado mineiro, do ramo do agronegócio. Especificamente fornece batatas destinadas as indústrias de processamento e consumo fresco, além de atuar na produção de plântulas em laboratório, mini tubérculos em estufas, e sementes (EMPRESA X, 2022).

A organização ainda produz café e conta com mais de 2 milhões de pés de cafês, destinando parte da produção para o exterior, como Japão, Estados Unidos, e Itália. Além disso, a empresa produz soja para alimentação humana, destinada a indústrias e para exportação; e milho, destinado às indústrias de alimentação, cervejaria, indústria de fabricação de óleos e ração animal (EMPRESA X, 2022).

A Empresa X, nome dado neste trabalho para evitar divulgação de dados restritos, foi fundada em 1991, sendo considerada uma empresa familiar de grande porte. Conta com uma estrutura própria, com mais de 5.000 m<sup>2</sup> de estufas, em ambiente controlado, com capacidade de produzir mais de 2 milhões de mini tubérculos. Por possuir localização estratégica com

altitudes de até 1250 m, relevo, água e solo adequado, a empresa produz todos os meses do ano, o que fornece uma vantagem frente aos concorrentes (EMPRESA X, 2022).

Para a continuidade da Empresa X, os gestores devem tomar decisões que beneficiem a perpetuidade do negócio, além de tentar controlar fatores internos e externos, que afetem o negócio em seu dia a dia. A crise da covid-19 fez com que muitas empresas tivessem que limitar gastos, causando demissões em massa, prejudicando a economia do país.

Mesmo com o cenário de crise é importante que os gestores, através da análise dos relatórios financeiros, façam escolhas que minimizem os prejuízos econômicos. Nessa análise estão incluídos os índices de liquidez e endividamento, além das decisões de investimento e de busca por capital de terceiros no longo ou curto prazo.

os índices financeiros permitem construir um quadro de avaliação da empresa, permitindo uma visão macro da situação econômico-financeira da entidade. A análise deve ser feita em conjunto com o ambiente externo em que a empresa está inserida, levando em consideração crises econômicas, bem como, a observação integrada com os índices obtidos pelo setor, e análise de como a empresa realiza o gerenciamento dos seus recursos e investimentos (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020).

Nesse sentido, a análise dos indicadores de liquidez e endividamento da Empresa X, uma empresa de grande porte do ramo do agronegócio, nos anos anteriores e durante a pandemia da Covid-19, permite realizar considerações acerca de como os gestores gerenciaram seus recursos, se houve aumento ou redução do faturamento nesse período, e de como as decisões financeiras podem afetar a situação econômico-financeira da organização; realizando uma análise conjunta com os indicadores do setor, que permite uma visão mais ampla.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Caracterização da Pesquisa**

A pesquisa foi desenvolvida como um estudo de caso da empresa nomeada como ABC, do setor do agronegócio. Gil (2008) afirma que um estudo de caso é caracterizado por uma investigação minuciosa e exaustiva de um ou mais objetos para permitir uma compreensão completa e aprofundada. Além disso, é um estudo empírico que examina um fenômeno atual dentro de seu contexto de realidade quando os limites entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidos e várias fontes de evidência são utilizadas.

O estudo de caso pode ser usado em projetos de pesquisa exploratórios, descritivos e explicativos. Quanto aos objetivos, este estudo se enquadra na categoria de pesquisa descritiva, que possui como objetivo principal o estabelecimento de relações entre variáveis e/ou a descrição das características de uma determinada população ou fenômeno. As pesquisas descritivas possuem como principal característica a utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados (GIL, 2008).

Quanto a abordagem do problema, a pesquisa é classificada como quantitativa, pela utilização de técnicas matemáticas para descrever a relação entre os fenômenos e variáveis. Além disso trata-se de uma pesquisa documental, que é utilizada quando o pesquisador possui acesso a livros, documentos, relatórios essenciais para a continuidade do estudo (MARCONI; LAKATOS, 2001).

#### **3.2 Coleta dos Dados**

Os relatórios contábeis da Empresa X foram fornecidos pelo setor contábil da empresa. O acesso foi permitido aos demonstrativos referentes ao Balanço Patrimonial (BP) dos anos de 2019 a 2021. Os dados foram coletados no mês de outubro de 2022.

A empresa do ramo do agronegócio não permitiu a divulgação do nome e marca da entidade. Dessa forma, a empresa, nessa pesquisa, foi nomeada como ABC. Os demonstrativos contábeis utilizados são importantes para o cálculo dos índices de liquidez e endividamento. A empresa é de estrutura familiar, e de grande porte.

Para fins de comparação, foram colhidos os Balanços Patrimoniais da empresa Humberg Agribrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A. (Grao3), disponibilizados pelo site Invest (2022). A empresa foi escolhida por apresentar atividade semelhante a Empresa X, pois produz

e vende grãos. A comparação com os índices do setor é importante para compreender a situação econômico-financeira da Empresa X.

### 3.3 Tratamento dos Dados

O Balanço Patrimonial da Empresa X fornece as contas que são utilizadas nos cálculos dos índices econômico-financeiros. Os índices de liquidez serão calculados conforme Quadro 2, de acordo com Martins, Miranda e Diniz (2020):

Quadro 2 - Fórmula dos Índices de Liquidez e Endividamento

Índices de Liquidez e Endividamento	Fórmula	Análise
Liquidez Corrente	$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	Demonstra o quanto a empresa possui de recursos de curto prazo para cada real de dívida de curto prazo com terceiros.
Liquidez Seca	$\frac{\text{Ativo Circulante} - \text{Estoques} - \text{Despesas Antecipadas}}{\text{Passivo Circulante}}$	Revela a parcela de dívidas de curto prazo que poderiam ser pagas pelos itens de maior liquidez no ativo circulante.
Liquidez Imediata	$\frac{\text{Caixa e Equivalentes de Caixa}}{\text{Passivo Circulante}}$	Demonstra quanto a empresa possui de valores relativos a caixa e equivalente de caixa (disponível) para cada real de dívida de curto prazo com terceiros.
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$	Mostra o quanto a empresa possui de recursos de curto e longo prazo no ativo para cada real de dívidas de curto e longo prazo com terceiros.
Endividamento	$\frac{\text{Capital de Terceiros}}{\text{Patrimônio Líquido}}$	Indica a dependência que a entidade apresenta com relação a terceiros. O índice demonstra quanto a empresa possui de dívidas com terceiros para cada real de recursos próprios.
Composição do Endividamento	$\frac{\text{Passivo Circulante}}{\text{Capital de Terceiros}}$	Indica quanto da dívida total com terceiros é exigível no curto prazo.

Fonte: Adaptado de MARTINS; MIRANDA; DINIZ (2020)

Com base nas fórmulas dos indicadores de liquidez e endividamento do Quadro 2, foram calculados os índices do setor, no período de 2019 a 2021, para entender o comportamento durante a pandemia pela Covid-19. O ano de 2019 foi utilizado para comparar o ano anterior, não afetado pela pandemia, e os anos em que ocorreram com a crise, 2020 e 2021. A partir do cálculo desses índices é permitido compreender a situação financeira da entidade, juntamente com a análise do setor, no mesmo período. Além disso, a Demonstração do Resultado do Exercício foi consultada para averiguar o resultado obtido pela empresa, mesmo que não seja utilizada para o cálculo dos índices de liquidez e endividamento.

## 4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

### 4.1 Análise Vertical e Horizontal

Inicialmente, cabe realizar as análises vertical (AV) e horizontal (AH) com base nos balanços patrimoniais da empresa do período abrangido por este estudo. Os índices apurados constam na Tabela 1.

Tabela 1 – Análise Vertical e Horizontal da Empresa X

	2019	AV (%)	2020	AV (%)	AH (%)	2021	AV (%)	AH (%)
<b>Ativo</b>	<b>5.065.229,79</b>	<b>100</b>	<b>5.045.057,10</b>	<b>100</b>	<b>-0,40</b>	<b>5.941.148,35</b>	<b>100</b>	<b>17,29</b>
<b>Ativo Circulante</b>	<b>31.630,27</b>	<b>0,62</b>	<b>11.457,58</b>	<b>0,23</b>	<b>-63,78</b>	<b>907.548,83</b>	<b>15,28</b>	<b>2769,24</b>
<b>Disponível</b>	<b>2.758,22</b>	<b>0,05</b>	<b>789,09</b>	<b>0,02</b>	<b>-71,39</b>	<b>1.120,75</b>	<b>0,02</b>	<b>-59,37</b>
Caixa Geral	-	-	-					
Caixa	-	-	-			-		
Banco Conta Movimento	2.758,22	0,05	789,09	0,02	-71,39	1.120,75	0,02	-59,37
Banco do Brasil S/A C	2.758,22	0,05	789,09	0,02	-71,39	1.120,75	0,02	-59,37
<b>Adiantamentos</b>	-	-	-			<b>30</b>	<b>0,0005</b>	
Adiantamentos a Funcionários	-	-	-			30	0,0005	
<b>Empréstimos a Receber</b>	<b>34.388,49</b>	<b>0,68</b>	<b>10.668,49</b>	<b>0,21</b>	<b>-68,98</b>	<b>903.718,49</b>	<b>15,21</b>	<b>2527,97</b>
Antônio Jose da Silva	34.388,49	0,68	10.668,49	0,21	-68,98	903.718,49	15,21	2527,97
<b>Aplicação</b>		<b>0,00</b>		<b>0,00</b>		<b>2.679,59</b>	<b>0,05</b>	-
Banco Bradesco S.A		0,00		0,00		2.679,59	0,05	-
<b>Ativo Não Circulante</b>	<b>5.033.599,52</b>	<b>99,38</b>	<b>5.033.599,52</b>	<b>99,77</b>	<b>0,00</b>	<b>5.033.599,52</b>	<b>84,72</b>	<b>0,00</b>
Imobilizado	5.031.347,04	99,33	5.031.347,04	99,73	0,00	5.031.347,04	84,69	0,00
Equipamentos	5.031.347,04	99,33	5.031.347,04	99,73	0,00	5.031.347,04	84,69	0,00
Moveis e Utensílios	2.252,48	0,04	2.252,48	0,04	0,00	2.252,48	0,04	0,00
Móveis	739,46	0,01	739,46	0,01	0,00	739,46	0,01	0,00
Linhas Telefônicas	1.801,04	0,04	1.801,04	0,04	0,00	1.801,04	0,03	0,00
Depreciação Acumulada	-288,02	-0,006	-288,02	-0,01	0,00	-288,02	-0,005	0,00
<b>Passivo e Patrimônio Líquido</b>	<b>5.065.229,79</b>	<b>100,00</b>	<b>5.045.057,10</b>	<b>100,00</b>	<b>-0,40</b>	<b>5.941.148,35</b>	<b>100,00</b>	<b>17,29</b>
<b>Passivo Circulante</b>	<b>1.887.798,71</b>	<b>37,27</b>	<b>1.956.296,81</b>	<b>38,78</b>	<b>3,63</b>	<b>1.992.046,50</b>	<b>33,53</b>	<b>5,52</b>
Fornecedores	1.342.267,08	26,50	1.391.907,93	27,59	3,70	1.393.652,39	23,46	3,83
Obrigações Tributárias	545.531,63	10,77	564.388,88	11,19	3,46	24.293,44	0,41	-95,55
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>516.173,83</b>	<b>10,19</b>	<b>65.480,00</b>	<b>1,30</b>	<b>-87,31</b>	-	-	-
Empréstimos	516.173,83	10,19	65.480,00	1,30	-87,31	-	-	-
<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>2.661.257,25</b>	<b>52,54</b>	<b>3.023.280,29</b>	<b>59,93</b>	<b>13,60</b>	<b>3.949.101,85</b>	<b>66,47</b>	<b>48,39</b>
Capital Social	22.500,00	0,44	22.500,00	0,45	0,00	22.500,00	0,38	0,00

Capital Social	22.500,00	<b>0,44</b>	22.500,00	<b>0,45</b>	<b>0,00</b>	22.500,00	<b>0,38</b>	<b>0,00</b>
Reserva de Capital	5.758,70	<b>0,11</b>	5.758,70	<b>0,11</b>	<b>0,00</b>	5.758,70	<b>0,10</b>	<b>0,00</b>
Correção Monetária do Capital Integralizado	5.758,70	<b>0,11</b>	5.758,70	<b>0,11</b>	<b>0,00</b>	5.758,70	<b>0,10</b>	<b>0,00</b>
Lucros ou Prejuízos Acumulados	1.670.150,96	<b>32,97</b>	2.632.998,55	<b>52,19</b>	<b>57,65</b>	2.995.021,59	<b>50,41</b>	<b>79,33</b>
Lucros ou Prejuízos do Exercício	962.847,59	<b>19,01</b>	362.023,04	<b>7,18</b>	<b>-62,40</b>	925.821,56	<b>15,58</b>	<b>-3,85</b>

Fonte: Elaborado pelo autor

A análise vertical permite verificar a composição e participação percentual de cada conta patrimonial. Essa análise individual de cada conta em relação ao todo revela onde parte do patrimônio da empresa pode estar mais ou menos concentrado, permitindo avaliar riscos e tomar determinadas decisões. O cálculo da análise vertical foi realizado, tendo em vista o total do Ativo, em cada ano, em relação as demais contas que compõem o Balanço Patrimonial.

No caso da Empresa X, ao identificar que ao longo do período analisado a maior parte do seu ativo esteve concentrado em recursos realizáveis a longo prazo (99,38% em 2019; 99,77% em 2020 e 84,72%), pode-se inferir que a companhia possui pouca capacidade de gerar e manter recursos de curto prazo. Essa realidade se manteve nos três anos analisados, apesar de ter diminuído aproximadamente 15% entre 2020 e 2021. Essa queda substancial se deve a um empréstimo concedido pela empresa a uma pessoa física, com montante a ser recebido em curto prazo. A partir dessa análise, pode-se inferir que a empresa possui baixa liquidez, por concentrar grande parte dos seus recursos em ativos não circulantes, que costumam demorar um período superior a 12 meses para se transformar em caixa.

A análise horizontal é aplicada num horizonte de tempo, conta a conta e por um determinado período. Essa análise permite acompanhar o crescimento ou queda das contas a partir do seu saldo final a cada período em comparação ao exercício inicial. O cálculo da análise horizontal foi realizado subtraindo o total de cada conta do Balanço Patrimonial, dos anos de 2020 e 2021, pelo total do saldo de cada da conta do ano de 2019, e dividindo pelo total no ano de 2019, para verificar se houve aumento ou diminuição percentual.

A Empresa X manteve seu ativo não circulante estável durante o período analisado, indicando que não realizou investimentos, tampouco se desfez de ativos de longo prazo. O destaque da análise horizontal se encontra na conta empréstimos a receber, que cresceu na magnitude de 2.527,97% entre 2019 e 2021, também corroborando com a análise vertical, que indicou que o empréstimo concedido pela empresa a uma pessoa física foi a transação que mais movimentou recursos dentro da organização. A análise também indica que no período pandêmico o patrimônio da empresa cresceu aproximadamente 17% (entre 2019 e 2021).

Em relação às origens de recursos, a análise vertical revela que a empresa possui mais recursos advindos de capital próprio (patrimônio líquido) do que provenientes de capital de terceiros (passivo). Os números da análise vertical revelam 52,5% de patrimônio com mais 47,5% de passivo (circulante somado com não circulante) em 2019. Em 2021, o patrimônio líquido continuou superior, concentrado em 66,5% contra 33,00% de passivo. A análise horizontal desse triênio mostra aumento de 48,39% no patrimônio líquido e incremento de 79,33% no lucro acumulado durante a pandemia. Além disso, a empresa quitou 95,5% das suas obrigações tributárias e zerou o passivo não circulante em 2021. Esse conjunto de informações leva a inferir que o endividamento da Empresa X se manteve controlado e com índices baixos.

Relacionando as análises com as informações do Quadro 1, em que são apresentados os efeitos negativos da pandemia sobre o agronegócio brasileiro, observa-se que a Empresa X vai na contramão desse cenário. Ribeiro *et al.* (2022) relatam algumas possíveis ocorrências em empresas do agronegócio. Primeiramente, são identificados fatores como diminuição de insumos e deterioração de produtos perecíveis, o que não é observado como impactante no balanço patrimonial da Empresa X. É relatado também atrasos e interrupções nos serviços e aumento de diversas categorias de custos, o que também não é tido como situações que possam ter atrapalhado o desempenho da empresa, dado o aumento no patrimônio e manutenção do patamar de lucro durante a pandemia.

Diante desses resultados, pode-se concluir que a pandemia não implicou em impactos negativos sobre a Empresa X. Os índices obtidos mostraram aumento de patrimônio, aumento de ativo circulante e capital próprio, bem como diminuição de dívidas com terceiros, o que dão indícios de uma situação financeira e econômica favorável. A partir da análise vertical e horizontal realizada, cumpre-se o primeiro objetivo específico geral do trabalho, que consistiu em analisar os demonstrativos contábeis no período de 2019 a 2021.

Esses resultados permitem compreender o potencial dos indicadores econômico-financeiros como relatam Martins, Miranda e Diniz (2020). Ao estabelecer relações entre contas contábeis e fazer comparações de números da organização, os gestores adquirem um forte quadro avaliativo com parâmetros confiáveis para a tomada de decisões e refletem sobre a evolução da empresa ao longo dos anos, como afirmam Barbosa e Nogueira (2018).

No caso da Empresa X, o cenário favorável diagnosticado por meio das análises vertical e horizontal indicam que pode ser seguro manter as estratégias financeiras que foram adotadas durante a pandemia. Também cabe a empresa continuar acompanhando esses e outros indicadores, pois esse monitoramento colabora para identificar futuras situações ou indicativos de riscos patrimoniais, econômicos ou financeiros, caso ocorram.

## 4.2 Análise dos Índices de Liquidez

A seguir são reveladas análises de liquidez e endividamento da empresa, com o propósito estabelecido pelo segundo objetivo específico: identificar as variações nos índices de liquidez e endividamento no período anterior e durante a pandemia. Essa análise é dimensionada a partir de quatro indicadores de liquidez que são possíveis de extrair do balanço patrimonial da Empresa X: corrente, seca, imediata e geral.

Inicialmente, cabe lembrar que os indicadores de liquidez permitem de forma geral identificar a capacidade financeira da empresa de cumprir obrigações assumidas de curto e longo prazo com terceiros, como fornecedores, instituições financeiras e o governo (ASSAF NETO; LIMA, 2017). Martins, Miranda e Diniz (2020) alertam que é importante a análise não se limitar aos números da organização, pois cada setor pode ter comportamentos, composições patrimoniais distintas a depender do ramo em que atuam. Nesse sentido, é relevante comparar os indicadores de liquidez com empresas do mesmo setor ou com índices setoriais (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020). As análises dos índices da Empresa X foram comparados com a Humberg Agribrazil Comércio e Exportação de Grãos S.A. (Grao3), devido à disponibilidade de dados da empresa no site Invest (2022). A empresa foi escolhida por apresentar atividade semelhante a Empresa X, e por ser do setor do agronegócio. A Tabela 2 mostra a análise da liquidez corrente em ambas as empresas:

Tabela 2 – Análise da Liquidez Corrente das Empresas X e Humberg

<b>Liquidez Corrente</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>ABC</b>	0,016	0,00585	0,45
<b>Humberg</b>	1,071	1,09192	1,16

Fonte: Elaborado pelo autor.

A análise da liquidez corrente se dá em função da capacidade da empresa de pagar todo o seu passivo circulante com os recursos do ativo circulante (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020). A partir disso, resultados acima de 1 indicam essa capacidade, enquanto índices abaixo de 1 apontam que o montante do ativo circulante não é suficiente para cumprir essas obrigações, indicando necessidade de obtenção de recursos de curto prazo para honrar esses compromissos financeiros.

Através dos resultados obtidos, verifica-se que essa situação ocorre com a Empresa X. Os índices revelam que ao longo dos três períodos o ativo circulante não chegou a representar nem metade do passivo circulante. Esse quadro não é favorável para a empresa, pois obriga a empresa a buscar meios de conseguir Capital Circulante Líquido (CCL) para pagar as dívidas

de curto prazo. Apesar disso, nota-se uma leve melhora nesse índice pela empresa mesmo durante a pandemia, em que o índice cresceu de 0,016 para 0,45. Em relação à Humberg, o cenário é mais positivo nesse quesito, pois em todos os anos a empresa dispôs de ativo circulante em total maior do que o passivo circulante.

Segundo Martins, Miranda e Diniz (2020), o descompasso entre os prazos de recebimento de vendas e o prazo para pagamento de dívidas pode ser prejudicial para esse índice. Apesar disso, os autores mostram que o índice de liquidez corrente não capta esse aspecto, indicando que a ABC precisa desenvolver essa gestão constantemente a fim de verificar se há ou não a possibilidade de recebimento de recursos suficientes para pagar as dívidas circulantes no curto prazo.

A Tabela 3 apresenta os índices de liquidez seca da ABC em comparação com a Humberg.

Tabela 3 – Análise da Liquidez Seca das Empresas ABC e Humberg

<b>Liquidez Seca</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>ABC</b>	0,016	0,00585	0,45
<b>Humberg</b>	1,010	1,08315	0,86

Fonte: Elaborado pelo autor.

O índice de liquidez seca se diferencia dos demais por desconsiderar o saldo das contas de estoque e despesas antecipadas. Dentro do grupo de contas do ativo circulante, essas contas em geral tendem a ter menor capacidade em se converter em caixa, implicando que podem não colaborar tanto para o pagamento das dívidas de curto prazo por não serem tão líquidas quanto as demais (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020). Considerando essas informações, os índices de liquidez seca costumam ser iguais ou menores aos de liquidez corrente. No caso da ABC, eles se mantêm iguais, o que ocorre pois a empresa não possui saldo de estoques e de despesas antecipadas ao longo do período analisado. A Humberg, por sua vez, apresenta índices um pouco menores aos de liquidez corrente, o que se intensifica em 2021, ano em que a sua liquidez seca fica abaixo de 1. Isso indica que para a empresa Humberg, em 2021, diferentemente dos anos de 2019 e 2020, a empresa depende de outros recursos além da venda de estoques para pagar suas dívidas com vencimento próximo. Para a liquidez seca, o ideal é um indicador acima de 1, pois assim a empresa mostra que possui uma composição de patrimônio mais sólida caso ocorra diminuição nas vendas, com outros ativos circulantes capazes de prover recursos para o pagamento das obrigações com terceiros.

A liquidez imediata é analisada apenas por meio da conta de caixa ou equivalentes de caixa. Esse aspecto revela se a empresa possui recursos suficientes para quitar as dívidas de

curto prazo no momento da análise, valendo-se apenas do que tem disponível em caixa (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020). Considerando que a liquidez corrente considera todo o ativo circulante e a liquidez imediata apenas a conta caixa e seus equivalentes, esse índice também tende a ser menor, por corresponder a apenas à parte mais líquida dos recursos de curto prazo. A Tabela 4 apresenta os índices de liquidez imediata apurados.

Tabela 4 – Análise da Liquidez Imediata das Empresas ABC e Humberg

<b>Liquidez Imediata</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>ABC</b>	0,00146	0,00040335	0,000562
<b>Humberg</b>	0,26371	0,45158657	0,356348

Fonte: Elaborado pelo autor.

Martins, Miranda e Diniz (2020) citam que como as empresas possuem poucos recursos alocados no disponível, devido ao efeito inflacionário, o índice de liquidez imediata quase sempre é baixo. Esse aspecto pode ser observado em ambas as empresas, em que a liquidez imediata é apurada abaixo de 1 nos três exercícios. Os autores também citam que manter muito ou pouco caixa depende do ramo da empresa. Nesse sentido, a partir da análise das duas empresas, pode-se entender que no agronegócio é comum que as organizações tenham pouca disponibilidade de caixa em relação ao seu total de passivo circulante.

A liquidez geral é um índice mais abrangente, pois envolve alguns itens de longo prazo, sendo eles as dívidas a receber e a pagar no longo prazo (realizável a longo prazo e passivo não circulante, respectivamente). Os resultados constam na Tabela 5.

Tabela 5 – Análise da Liquidez Geral das Empresas ABC e Humberg

<b>Liquidez Geral</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>ABC</b>	0,013	0,00566	0,45
<b>Humberg</b>	1,021	1,10554	1,02

Fonte: Elaborado pelo autor

Conforme Martins, Miranda e Diniz (2020), a análise desse índice consegue mostrar a capacidade de pagamento da empresa em relação a todas as obrigações com terceiros. Quanto a isso, observa-se que a Humberg possui essa capacidade em todos os períodos, enquanto a ABC não tem, pois os índices da primeira estão acima de 1 e da segunda estão abaixo, conforme pode ser visualizado na Tabela 5. Isso significa que a ABC precisa se planejar a curto e longo prazo para possuir maior capacidade de autossustentação, pensando em formas de aumentar cada vez mais o ativo circulante e diminuir o passivo circulante, tornando-se assim mais líquida. A análise vertical da empresa já havia revelado grande concentração de recursos da empresa no ativo não circulante, o que em termos de liquidez não é favorável.

As análises dos índices de liquidez são úteis na medida em que permitem tirar conclusões sobre a capacidade de pagamento de uma empresa (ASSAF NETO, 2015). A análise aplicada ao caso da Empresa X, nesse sentido, se torna relevante pois permitiu a obtenção de informações a respeito do seu equilíbrio financeiro e sobre a gestão do seu capital de giro, conforme preconiza o autor (ASSAF NETO, 2015). Cabe destacar que Azzolin (2012) menciona sobre a importância da interpretação dos índices, que pode ser mais complexa do que o cálculo e apresentação dos dados. As interpretações realizadas nesse trabalho podem ser ampliadas na medida em que possuir maiores informações sobre indicadores e contexto da empresa e do mercado.

### 4.3 Análise dos Índices de Endividamento

Em consonância com o objetivo de identificar as variações nos índices de liquidez e endividamento no período anterior e durante a pandemia, apresenta-se agora a análise de discussão voltada para os aspectos de endividamento da Empresa X, a partir do índice e composição do seu endividamento.

Os indicadores de endividamento são utilizados nas análises das demonstrações contábeis para avaliar o quão comprometida uma empresa está com terceiros, bem como a sua capacidade cumprir esses compromissos (ASSAF NETO, 2008). Com isso, é possível entender o nível de dependência da companhia com seus credores e os riscos decorrentes disso (MARTINS; MIRANDA; DINIZ, 2020). A Tabela 6 apresenta os índices de endividamento da Empresa X, assim como da Humberg para efeitos de comparação:

Tabela 6 – Análise do Endividamento das Empresas X e Humberg

<b>Endividamento</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>ABC</b>	0,90	0,66	0,50
<b>Humberg</b>	29,46	8,89	28,45

Fonte: Elaborado pelo autor

A tabela mostra que a Humberg está endividada num nível bem maior do que a ABC. Os índices revelam que para cada R\$ 1 de recursos próprios (patrimônio líquido), a Humberg teve R\$ 29,46 de dívidas com terceiros, dado que o cálculo desse índice leva em consideração o total do passivo em relação ao patrimônio líquido. Esse cenário não é positivo para a empresa, pois indica que ela deve mais para agentes externos do que para si própria. Para a Humberg, seu endividamento decaiu significativamente entre 2019 e 2020, porém quase recuperou o patamar de 2019 em 2021. Por outro lado, a ABC se manteve com endividamento controlado,

sendo ele em montante menor do que seus recursos próprios. Além disso, os dados da Tabela 6 mostram que o índice de dívida diminuiu de 0,9 para 0,5. Em suma, tem-se que conforme o entendimento de Correia e Ganzaroli (2019), a Humberg faz maior uso de recursos de terceiros e a ABC faz maior uso de recursos próprios.

A partir da análise das duas empresas, não se identificou um padrão de endividamento para as empresas do setor. Apesar disso, em relação à pandemia, entende-se, pela análise dos índices, que a pandemia não afetou os padrões de endividamento de cada empresa, sendo que ambas se mantiveram no mesmo nível de dívida anterior ao período pandêmico.

Apesar do cenário de dívida da Humberg parecer negativo, cabe analisar se as dívidas são de curto ou longo prazo, sendo que as de longo prazo podem ser menos arriscadas devido ao tempo maior que a empresa dispõe para pagar. Em função disso, a Tabela 7 apresenta a composição do endividamento das empresas (total de passivo circulante/total do capital de terceiros):

Tabela 7 – Análise da Composição do Endividamento das Empresas ABC e Humberg

<b>Composição do Endividamento</b>	<b>2019</b>	<b>2020</b>	<b>2021</b>
<b>ABC</b>	0,78	0,96	1,00
<b>Humberg</b>	0,91	0,97	0,83

Fonte: Elaborado pelo autor

A composição do endividamento leva em conta apenas as contas de capital de terceiros. Ela permite visualizar o percentual do passivo circulante em relação à soma do passivo circulante com o não circulante (total de capital de terceiros). Em ambas as empresas se nota grande quantidade de dívidas de curto prazo. Segundo Martins, Miranda e Diniz (2020), grande quantidade de dívidas no curto prazo não é favorável pois se a empresa for surpreendida por uma crise, pode ser obrigada a tomar decisões que a prejudiquem em prol de conseguir cumprir com as obrigações de curto prazo. O cenário ideal em termos de endividamento é que ele seja mantido em níveis tão baixo quanto possíveis, pois dessa forma a empresa incorre em melhores condições de gerar recursos para arcar com compromissos e imprevistos que possam surgir.

Considerando momentos de crise, a análise de índices de endividamento durante a pandemia se justifica pois é um período em que empresas enfrentam dificuldades financeiras devido à queda da atividade econômica. Isso pode levar a um aumento da inadimplência e do risco de insolvência. A análise de índices de endividamento permite identificar e medir o risco de inadimplência e insolvência, o que é importante para tomar medidas preventivas e mitigar os efeitos da pandemia. Assim, para a Empresa X, apesar de seu endividamento se manter em índices semelhantes antes e durante a pandemia, a análise pode motivar ações empresariais com

objetivo de reduzir o seu nível de dívidas no curto prazo.

#### **4.4 Análise dos Efeitos da Pandemia nos Indicadores da Empresa**

A partir da análise tecida e aplicando o contexto da pandemia da Covid-19, que abrange dois dos três exercícios analisados (2020 e 2021), pode-se concluir que no geral o período pandêmico não impactou de forma significativa a empresa analisada. Esse achado está em concordância com os estudos de Schneider *et al.* (2020), Machado e Malagolli (2021), Pedro (2022) e Ribeiro *et al.* (2022), que também não verificaram que a pandemia trouxe influências negativas para o agronegócio brasileiro, e além disso, observaram desempenho positivo do setor diante do cenário pandêmico.

O agronegócio, enquanto setor da economia, possui relevância econômica e social para um país, tendo como base produtos de consumo não cíclicos. Essa característica do setor colabora para que se tomem medidas financeiras com maior segurança. Corrobora com esse argumento o fato de que mesmo com cenário de aumento de custos, alterações de demanda e a desaceleração da economia, proporcionados pela pandemia, a Empresa X conseguiu manter seu desempenho econômico e aumentar seu patrimônio.

Na empresa analisada, não se observaram mudanças bruscas e significativas nos índices de liquidez e endividamento. Entretanto, a empresa possui baixa liquidez e grande parte de dívidas concentradas no curto prazo. Essa condição não é favorável para a organização. Assim, os achados contribuem para que as empresas do ramo em situação semelhante avaliem estratégias de melhoria desses índices, o que tende a ser facilitado por estar em um setor que oferece poucos riscos externos, como o de uma pandemia.

## 5 CONCLUSÃO

Diante da necessidade de aplicar a análise de liquidez e endividamento em empresas do setor de agronegócio, o presente trabalho se propôs a compreender o comportamento desses índices em uma empresa do setor do agronegócio durante a pandemia da Covid-19. A pesquisa considerou como base a importância do agronegócio para a economia brasileira, os impactos ocasionados pela pandemia do coronavírus na sociedade e a incipiência de estudos que foquem em análise de liquidez e endividamento considerando esse contexto.

Diante disso, realizou-se um estudo de caso a partir das informações contábeis de uma empresa de grande porte do ramo do agronegócio situada no estado de Minas Gerais, no segmento de agricultura de café, soja, milho, sorgo, trigo, e batata, que revende os produtos para indústrias. Foram feitas as análises vertical e horizontal do balanço patrimonial da companhia, e apurados os índices de liquidez e de endividamento considerando o período entre 2019 e 2021, abrangendo o ano anterior ao início da crise sanitária e dois anos de desenvolvimento do cenário pandêmico. Para fins de comparação, os dados foram contrastados com os índices de uma empresa do mesmo ramo e porte.

Como resultados, observou-se que a empresa possui baixos índices de liquidez e grande concentração de dívidas no curto prazo. Os índices de liquidez e endividamento se comportaram de maneira semelhante tanto no período anterior quanto nos anos em que a crise pandêmica se instalou, o que indica que esse cenário não impactou significativamente no patrimônio e desempenho da empresa. Os achados confirmam o que a revisão de literatura indicou: empresas atuantes no segmento do agronegócio não foram prejudicadas em grande magnitude pela pandemia. Entretanto, as análises revelam que é importante que empresas desse ramo possam aproveitar o cenário benéfico em que estão inseridas para diminuir o grau de dívidas de curto prazo e aumentar o nível de liquidez.

As análises desse trabalho se limitam ao caso e ao período estudado. Portanto, os resultados podem inspirar a ampliação da compreensão desse fenômeno, e futuras pesquisas nessa linha podem analisar mais empresas do setor para fins de comparação, ou um horizonte de tempo maior. Também é possível que futuros estudos possam buscar uma compreensão qualitativa e mais profunda do caso, podendo identificar os impactos da pandemia em processos e rotinas administrativas. As pesquisas desenvolvidas no contexto de pandemia tem utilidade ao trazer subsídios para que as empresas possam refletir sobre decisões e aplicar estratégias econômicas em momentos de crise.

## REFERÊNCIAS

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços um enfoque econômico-financeiro**. 11. ed. São Paulo: Atlas, 2015.

ASSAF NETO, A. **Estrutura e análise de balanços: um enfoque econômico-financeiro**. São Paulo. Atlas, 2008.

ASSAF NETO, A.; LIMA, F. G. **Fundamentos de Administração Financeira**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2017.

AVELAR, E. A., FERREIRA, P. O., SILVA, B. N. E. R. da.; FERREIRA, C. O. Efeitos da pandemia de covid-19 sobre a sustentabilidade econômico-financeira de empresas brasileiras. **Revista Gestão Organizacional**, v. 14, n. 1, p. 131-152, 2021. Disponível em: <http://www.spell.org.br/documentos/ver/61340/efeitos-da-pandemia-de-covid-19-sobre-a-sustentabilidade-economico-financeira-de-empresas-brasileiras>. Acesso em: 05 ago. 2022.

AZZOLIN, J. L. **Análise das demonstrações contábeis**. Curitiba: IESDE Brasil S. A., 2012.

BARBOSA, I. B.; NOGUEIRA, D. R. Impacto dos indicadores macroeconômicos nos índices de rentabilidade das empresas brasileiras: uma análise no setor alimentício de 2010 a 2016. **Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 9, n. 1, p. 31-46, 2018. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/fe37/44f358e78421e38b9fd4eb03beb8a82ad943.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2022.

BARRETO, I. P.; ARAUJO, S. J. de. Análise Financeira: um estudo sobre a liquidez e o endividamento das empresas brasileiras listadas no índice Bovespa no período de isolamento social causado pela covid-19. **Humanas Sociais & Aplicadas**, v. 11, n. 32, p. 19-20, 2021. Disponível em: [https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas\\_sociais\\_e\\_aplicadas/article/view/2362](https://ojs3.perspectivasonline.com.br/humanas_sociais_e_aplicadas/article/view/2362). Acesso em: 12 nov. 2022.

BERNARDES, J. R.; SILVA, B. L. de S.; LIMA, T. C. F. Os impactos financeiros da Covid-19 nos negócios. **Revista da FAESF**, v. 4, 2020. Disponível em: <https://www.faesfpi.com.br/revista/index.php/faesf/article/view/115/101>. Acesso em: 22 nov. 2022.

CAMPOS, M. L. A.; NAZARÉ, S. R. M.; FRANÇA, J. A. de. Análise do Desempenho Econômico-Financeiro de Empresas Brasileiras nos Períodos Pré e Durante a Pandemia do Covid-19. **22º Congresso USP International Conference in Accounting**, 27 a 29 de julho de 2022. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/22UspInternational/ArtigosDownload/3632.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CARDOSO, R. C.; TRISTÃO, P. A. O impacto da Pandemia do COVID-19 nos Indicadores Econômico-Financeiros e Retorno das Ações no setor de hotelaria: estudo de caso na Rede de Hotéis Othon SA. **Navus: Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 11, p. 1-14, 2021. Disponível em: [https://redib.org/Record/oai\\_articulo3451116-o-impacto-da-pandemia-do-covid-19-nos-indicadores-econ%C3%B4mico-financeiros-e-retorno-das-a%C3%A7%C3%B5es-setor-de-hotelaria-estudo-de-caso-na-rede-de-hot%C3%A9is-othon-sa](https://redib.org/Record/oai_articulo3451116-o-impacto-da-pandemia-do-covid-19-nos-indicadores-econ%C3%B4mico-financeiros-e-retorno-das-a%C3%A7%C3%B5es-setor-de-hotelaria-estudo-de-caso-na-rede-de-hot%C3%A9is-othon-sa). Acesso em: 05 ago. 2022.

CELLA, D.; SOUZA, M. A. A. de; APPIS, J. V. Análise dos índices de liquidez e rentabilidade de uma empresa do setor do agronegócio brasileiro. **Revista Interface Tecnológica**, v. 8, n. 1, p. 35–50, 2011. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/58>. Acesso em: 12 nov. 2022.

CORREIA, A. G.; GANZAROLLI, T. F. de M. Endividamento e Alavancagem Financeira. **ID on-line - Revista de psicologia**, v. 13, n. 43, p. 593-613, 2019. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/1556/2224>. Acesso em: 10 nov. 2022.

COSTA, L. B.; PEREIRA, I. F.; LIMA, J. A. de. Reflexos da pandemia da covid-19 nos indicadores econômico-financeiros de empresas do setor de produtos de higiene e limpeza listadas na B3. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 22, n. 2, p. 10–22, 2021. DOI: 10.51320/rmc.v22i2.1266. Disponível em: <https://revista.crcmg.org.br/rmc/article/view/1266>. Acesso em: 5 ago. 2022.

CRISTINA, T. Covid-19: ações do poder público na agropecuária brasileira. **Revista de Política Agrícola**, v. 29, n. 3, p. 3, 2020. Disponível em: <https://seer.sede.embrapa.br/index.php/RPA/article/view/1634>. Acesso em: 23 nov. 2022.

FERRAZ, P. S.; SOUSA, E. F. de.; NOVAES, P. V. G. Relação entre Liquidez e Rentabilidade das empresas listadas na BMF&BOVESPA. **ConTexto**, v. 17, n. 35, 2017. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConTexto/article/view/64494/pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

FERREIRA, . J. V. C. de O. .; LOPES, C. C. V. de M. Impactos da pandemia da covid-19 na gestão financeira das micro e pequenas empresas sob a ótica de um empresário contábil. **Prospectus - Perspectivas Qualitativas em Contabilidade e Organizações**, v. 1, n. 1, p. 72–107, 2021. DOI: 10.22478/ufpb.2763-9606.2021v1n1.59654. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/prosp/article/view/59654>. Acesso em: 22 nov. 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. Ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GUEDES, D. S.; OLIVEIRA, E. R.; SANTOS, G. C. dos; FERREIRA, R. A. Relação do desempenho econômico-financeiro das empresas do agronegócio da B3 e os ciclos econômicos. **REDECA - Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis, Departamento de Atuária e Métodos Quantitativos**, v. 8, n. 1, p. 128–143, 2021. DOI: 10.23925/2446-9513.2021v8i1p128-143. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/54751>. Acesso em: 5 ago. 2022.

GUILHOTO, J. J. M., ASSUMPÇÃO, M., MODOLO, D., IMORI, D. O PIB do Agronegócio no Brasil e no estado da Bahia. **XLV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural**, 22 a 25 de julho de 2007. Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/277234711\\_O\\_PIB\\_do\\_agronegocio\\_no\\_Brasil\\_e\\_no\\_estado\\_da\\_Bahia](https://www.researchgate.net/publication/277234711_O_PIB_do_agronegocio_no_Brasil_e_no_estado_da_Bahia). Acesso em: 05 ago. 2022.

HALL, R. J.; KAVESKI, I. D. S.; HEIN, N. Análise do endividamento e o impacto no custo da dívida e rentabilidade das empresas do agronegócio brasileiro listadas na BM&F Bovespa. **Custos e Agronegócio Online**, v. 10, n.4, out./dez. 2014. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numro4v10/OK%20%20endividamento.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.

INVEST. **Balanco Patrimonial Ativo Consolidado**: Humberg AgriBrasil Comércio e Exportação de Grãos S.A. (Grao3). Disponível em: [https://www.investsite.com.br/balanco\\_patrimonial\\_ativo.php?cod\\_negociacao=GRAO3](https://www.investsite.com.br/balanco_patrimonial_ativo.php?cod_negociacao=GRAO3). Acesso em: 10 jan. 2023.

KOECHE, A. S.; ALLGAIER, J. F; SANTOS, F. V. dos; OLIVEIRA, L. de.; SOUZA, A. R. L. de. Desempenho econômico-financeiro de empresas do agronegócio da carne, listadas na B3, antes e após o início da Covid-19. **Anais do Congresso Brasileiro de Custos - ABC**, 2021. Disponível em: <https://anaiscbc.abcustos.org.br/anais/article/view/4912>. Acesso em: 5 ago. 2022.

KRONBAUER, C. A.; TONIDANDEL, M. C.; SIEBEL, V.; JÚNIOR, C. R. S.; PIRES, M. Estrutura de capital de empresas do agronegócio: análise do endividamento geral e financeiro no período de 2004 a 2011. **ABCustos**, v. 8, n. 1, p. 1-29, 2013. Disponível em: <https://revista.abcustos.org.br/abcustos/article/view/237>. Acesso em: 12 nov. 2022.

LUZ, A. da; FOCHEZATTO, A. O transbordamento do PIB do Agronegócio do Brasil: uma análise da importância setorial via Matrizes de Insumo-Produto. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 61, n.1, 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1806-9479.2021.253226>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/resr/a/9DPprfDmn6mZYZHrHqmhKKx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 05 ago. 2022.

MACHADO, A. P.; MALAGOLLI, G. A. Os impactos da pandemia do covid-19 no agronegócio brasileiro. **Revista Interface Tecnológica**, v. 18, n. 2, p. 500–512, 2021. DOI: 10.31510/inf.v18i2.1302. Disponível em: <https://revista.fatectq.edu.br/interfacetecnologica/article/view/1302>. Acesso em: 23 nov. 2022.

MAGALHÃES, G.; CARDOSO, L.C. B. Efeitos econômicos e distributivos da pandemia de coronavírus no Brasil. **Revista de Economia e Agronegócio**, v. 18, n. 1, p. 1–12, 2020. DOI: 10.25070/rea.v18i1.10605. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/rea/article/view/10605>. Acesso em: 5 ago. 2022.

MARCONI, M. de A.; LAKATOS, E. M. **Metodologia do trabalho científico**. 6ª ed. São Paulo, SP: Atlas, 2001.

MARTINS, E.; MIRANDA, G. J.; DINIZ, J. A. A. **Análise didática das demonstrações contábeis**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 2020.

MARZZONI, D. N. S.; SILVA, L. S. da.; PEREIRA, R. da S. Análise dos índices de liquidez de uma instituição bancária. **Brazilian Journal of Development**, v. 6, n. 6, p. 35920-35940, 2020. Disponível em: <https://www.brazilianjournals.com/ojs/index.php/BRJD/article/view/11420/9536>. Acesso em: 08 nov. 2022.

OLIVEIRA, P. M. de.; GUIMARÃES, T. M.; IGLESIAS, T. M. G.. Liquidez e rentabilidade: análise de uma empresa familiar do agronegócio. **RAGC – Revista de Auditoria, Governança e Contabilidade**, v. 8, n. 34, 2020. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/ragc/article/view/2030>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE SAÚDE. **Discurso de abertura do Diretor-Geral da OMS na coletiva de imprensa sobre covid-19 - 11 de março de 2020**. 2020. Disponível em: <https://www.who.int/director-general/speeches/detail/who-director-general-s-opening-remarks-at-the-media-briefing-on-covid-19---11-march-2020>. Acesso em: 25 jun. 2022.

PASSENKO, A. A importância da gestão financeira nas empresas em tempos de crise. **Revista Redação Economia SC online**, set. 2022. Disponível em: <https://economiasc.com/2022/09/13/a-importancia-da-gestao-financeira-nas-empresas-em-tempos-de-crise/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

PEDRO, M. M. **Efeitos da covid-19 no valor das ações das empresas do agronegócio brasileiro**. Dissertação (Mestrado em Gestão para a Competitividade) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 50 p. 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/32539>. Acesso em: 23 nov. 2022.

REGERT, R.; JUNIOR, G. M. B.; BRAGAGNOLO, S. M.; BAADE, J. H. A importância dos indicadores econômicos, financeiros e de endividamento como gestão do conhecimento na tomada de decisão em tempos de crise. **Revista Visão: Gestão Organizacional**, v. 7, n. 2, p. 67-83, 2018. DOI: 10.33362/visao.v7i2.1579. Disponível em: <https://45.238.172.12/index.php/visao/article/view/1579>. Acesso em: 5 ago. 2022.

RIBEIRO, V. S. .; LEAL, J. E. C.; SILVA, L. P. da; ROCHA, A. S. da. COVID-19 and effects on agribusiness chains: Preliminary observations from a narrative review. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 9, 2022. DOI: 10.33448/rsd-v11i9.31796. Disponível em: <https://rsdjournal.org/index.php/rsd/article/view/31796>. Acesso em: 24 nov. 2022.

SANTANA, O. T. de O.; LIMA, N. C.; TAVARES, M. A relação entre o comportamento do indicador de liquidez corrente das empresas de capital aberto do agronegócio pela variação de índices econômicos no Brasil. **Revista Contemporânea de Contabilidade**, v. 16, n. 41, p. 63-92, 2019. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8082690>. Acesso em: 12 nov. 2022.

SCHNEIDER, S.; CASSOL, A.; LEONARDI, A.; MARINHO, M. D. M. Os efeitos da pandemia da Covid-19 sobre o agronegócio e a alimentação. **Estudos Avançados**, v. 34, n.100, p.167-188, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/kQdC7V3FxM8WXzvmY5rR3SP/?lang=pt>. Acesso em: 24 nov. 2022.

SEBRAE. **Covid e pequenos negócios: impactos e tendências.** Disponível em: [https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/45c5b22e86f353f854c4a8c90ceb23e5/\\$File/30554.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/45c5b22e86f353f854c4a8c90ceb23e5/$File/30554.pdf). Acesso em: 21 nov. 2022.

SEBRAE. **Impactos e tendências da COVID-19 nos pequenos negócios.** 2020. Disponível em:

[https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS\\_CHRONUS/bds/bds.nsf/bc82182840af8e3bc3004f129d85a5b1/\\$File/19395.pdf](https://bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/bc82182840af8e3bc3004f129d85a5b1/$File/19395.pdf). Acesso em: 21 nov. 2022.

SILBER, S. D. A fragilidade econômica e financeira na pandemia do Sars-Covid-19. **Estudos Avançados**, v. 34, p. 107-115, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/af5yDzjqWQ5dXyKQj8K6TXG/?lang=pt>. Acesso em: 22 nov. 2022.

TAMARINDO, U. G. F.; PIRES, M. C. Agronegócio: pandemia Covid-19 e os impactos no comércio entre o Brasil e a China. **Conjuntura Austral**, v. 12, n. 60, p. 35–52, 2021. DOI: 10.22456/2178-8839.112747. Disponível em: <https://www.seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/112747>. Acesso em: 24 nov. 2022.

TEIXEIRA, D. M. Importância da gestão financeira para a sobrevivência das micro e pequenas empresas em cenários atípicos. **Revista Interdisciplinar Pensamento Científico**, v. 6, n. 3, 2020. Disponível em: <http://143.244.215.40/index.php/reinpec/article/view/597/508>. Acesso em: 21 nov. 2022.

TEIXEIRA, E.; OLIVEIRA, E. R. de; SANTOS, G. C. dos; FERREIRA, R. A. Análise comparativa do desempenho econômico-financeiro entre os setores de consumo da B3, em períodos de crise econômica. **Redeca - Revista Eletrônica do Departamento de Ciências Contábeis e Métodos Quantitativos**, v. 9, p. e56998, 2022. DOI: 10.23925/2446-9513.2022v9id56998. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/redeca/article/view/56998>. Acesso em: 12 nov. 2022.

ZIMMER, D. L.; BILIBIO, J. P.; MICHELS, A. Indicadores de desempenho econômico-financeiro nas empresas do agronegócio listadas na B3 SA. **Custos e Agronegócio On-Line**, v. 15, p. 405-438. Disponível em: <http://www.custoseagronegocioonline.com.br/numero2v15/OK%2018%20indices.pdf>. Acesso em: 12 nov. 2022.